

Cultura e Política e a Opção dos Atingidos por Hidrelétricas

Jennifer Azambuja de Moraes¹

Matheus Müller Schwanz²

Resumo: A construção de usinas hidrelétricas ocasiona impactos sociais, pois é necessária a realocação de famílias ribeirinhas para a implantação do empreendimento. Por isso, objetiva-se pesquisar esse processo, compreendendo a influência da cultura política na tomada de decisão dos cidadãos atingidos na bacia do Rio Uruguai sobre as modalidades de remanejamento. O protocolo adotado é o quantitativo, apresentando uma análise descritiva dos dados do Projeto “Avaliação dos Resultados e Proposição de Modelo de Elaboração de Programas de Remanejamento da População Atingida por Empreendimentos Hidrelétricos (2010-2014)”. Os principais resultados indicam que as variáveis participação, confiança interpessoal e institucional impactam na opção pela modalidade de remanejamento.

Palavras-chave: Cultura Política; Tomada de Decisão; Remanejamento; Atingido por Barragens.

Political culture and the choice of those affected by hydroelectric

Abstract: The construction of hydroelectric power plants causes social impacts, as it is necessary to reallocate riverine families for the implementation of the project. Therefore, the objective is to investigate this process, understanding the influence of the political culture in the decision-making of the citizens affected in the Uruguay River basin on the modalities of relocation. The protocol adopted is the quantitative one, presenting a descriptive analysis of the data of the Project “Evaluation of Results and Proposition of Model for the Elaboration of Programs for the Rehabilitation of the Population Affected by Hydroelectric Projects (2010-2014)”. The main results indicate that the variables participation, interpersonal trust and institutional impact on the option of the relocation modality.

Keywords: Political Culture; Decision Making; Relocation; Affected by Dams.

Introdução

A facilidade de acesso aos serviços de infraestrutura, como saneamento básico, educação, transporte, saúde, telecomunicações e energia, é um fator determinante para o desenvolvimento econômico e social de um país. A universalização do consumo de energia e a crise do petróleo dos anos de 1970 instigaram a busca por fontes renováveis de energia. No caso brasileiro, o país possui potencial tanto para a exploração dessas fontes, através de hidrelétrica, biomassa, eólica, solar, biogás, geotérmica e mar, como das fontes não renováveis, como gás natural, derivados de petróleo, energia nuclear e carvão mineral.

Por essa riqueza, durante o regime autoritário no Brasil (1964 – 1985), que se fundamentava pelo crescimento econômico e centralização do poder, os militares realizaram grandes investimentos em obras

¹ Doutora em Ciência Política, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-doutoranda do PPG Ciência Política pela UFRGS.

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2018). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel (2013). Professor Substituto da Universidade Federal de Rio Grande.

que garantiam melhorias na infraestrutura brasileira, guiados por uma “ideologia da modernização”. Com isso, o setor elétrico sofreu um processo de nacionalização e estatização intenso, no qual o governo montou um sistema de desenvolvimento energético de fontes diversas. E o grande potencial hidrelétrico do Brasil impulsionou os militares ao planejamento, e consequentemente à construção, de usinas hidrelétricas (UHE), que permitiriam ao país autonomia no setor de energia elétrica. Com o fim da ditadura militar, o setor elétrico passou por um período de estagnação nos primeiros anos de redemocratização e por um processo de privatização, mas mesmo nesse cenário grandes empreendimentos foram concluídos e outros planejados.

No Sul, as primeiras iniciativas governamentais para a construção de usinas hidrelétricas (UHEs) foram nos anos 1960, com a contratação de estudos preliminares e a fundação da Eletrosul Centrais Elétricas do Sul S.A. (ELETROSUL), em 1968, companhia estatal responsável pelo setor de produção energética do Sul do país. A ELETROSUL realizou o estudo sobre a possibilidade de construção de UHEs nessa região, e em 1979, publicou o inventário hidroelétrico da bacia do Rio Uruguai, que apresentava a possibilidade de construção de 22 UHEs nacionais nessa bacia.

Porém a construção de UHEs ocasiona impactos ambientais e sociais. A área da edificação do empreendimento é devastada, vindo ao debate questões de preservação da biodiversidade e proteção da qualidade de vida. Além do meio ambiente, as famílias ribeirinhas também são atingidas pela UHE, sendo necessária a realocação dessas em outras áreas, ou seja, a empresa responsável pela implementação da UHE precisa remanejar essas pessoas. Existem, basicamente, duas modalidades de remanejamento, indenização em dinheiro (ID) e reassentamento, esta se subdivide em reassentamento rural coletivo (RRC), pequeno reassentamento rural (PRR), auto-reassentamento ou carta de crédito (CC), reassentamento em área remanescente (RAR) e reassentamento urbano (RU).

Este trabalho objetiva pesquisar esse processo, compreendendo a influência da cultura política na tomada de decisão dos cidadãos atingidos na bacia do Rio Uruguai sobre as modalidades de remanejamento. Para isso, considera-se crenças, valores, atitudes e comportamentos políticos, através da participação desses cidadãos no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), bem como a confiança interpessoal e nas instituições. Pressupõe-se que os cidadãos atingidos não escolhem apenas racionalmente, ou seja, verificando qual a modalidade seria, economicamente, melhor, mas também escolhem influenciados por suas vivências e conhecimento sobre o assunto. Para tanto, assume-se que a tomada de decisão é entendida como processo pelo qual são escolhidas algumas ou apenas uma entre as alternativas para ações a serem realizadas, tornando-se uma conversão de informação em ação (OLIVEIRA, 1998, p.13), e que é preciso aceitar a existência de uma face de imprevisibilidade e de interação humana que lhe confere a dimensão do ilógico, do intuitivo, do emocional, do espontâneo e do irracional (MOTTA, 2004, p. 26).

O protocolo deste artigo é o quantitativo, sendo feita uma análise descritiva através de cruzamentos entre a variável dependente (tipo de modalidade de remanejamento) e as variáveis independentes (participação política, confiança interpessoal e confiança institucional). Os dados analisados são do *survey* do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento “Avaliação dos Resultados e Proposição de Modelo de Elaboração de Programas de Remanejamento da População Atingida por Empreendimentos Hidrelétricos (2010-2014)”, realizado pelo Núcleo de Estudo em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pelotas (NEPPU-UFRGS), em 2012, com uma amostra de 632 famílias atingidas pelas UHEs na bacia do rio Uruguai. Com isso, o artigo está dividido em três partes, contextualização do objeto, teoria e empiria. Na primeira é feita uma contextualização de implementação de hidrelétricas na bacia do rio Uruguai. A segunda parte trabalha com os conceitos de tomada de decisão, cultura política e capital social. E na terceira, analisam-se os dados de participação e confiança políticas dos cidadãos atingidos, além de se trazer o índice de capital social impactando na tomada de decisão.

Implementação De UHES

A energia elétrica é um fator essencial para o desenvolvimento econômico, por isso o país investe massivamente na área. No Brasil, 85,6% do consumo interno de energia correspondem à fonte hidrelétrica, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2008, p. 57). Porém a construção de UHes gera impactos ambientais, por devastar a área para construção, e sociais, por desapropriar famílias do local para a implantação dessas.

O processo de remanejar as famílias atingidas pela construção de UHes é complexo, pois em “mais de um século de história da hidreletricidade no Brasil, ainda não existe uma legislação específica referente ao remanejamento populacional” (ROCHA, 2009, p.3). Porém, segundo Rocha (2009, p.4), “em cada hidrelétrica a ser instalada é previsto o estabelecimento de um Termo de Acordo de Conduta (TAC) entre os agentes sociais envolvidos, que baseado na legislação referida, norteará as negociações sobre esse aspecto da respectiva barragem”.

De acordo com o decreto 7.342, de outubro de 2010, consideram-se integrantes da população atingida por empreendimentos hidrelétricos aqueles submetidos aos seguintes impactos: perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no polígono do empreendimento; perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel que faça limite com o polígono do empreendimento e por ele tenha sido parcialmente atingido; perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva; perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento; prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento; inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros localizados nas áreas do polígono do empreendimento, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações; e prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações.

Na bacia do Rio Uruguai, com a divulgação, em 1979, da viabilidade para a construção de 22 UHes na região, a ELETROSUL teve que enfrentar logo no início forte reação das populações locais (REIS, 2007, p. 478). Com a UHE de Itá, que começou a ser construída na década de 1980, foi criada a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), em 1983, que tinha como bandeira “não às barragens”. Em março de 1991, durante o “I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens”, foi oficializado o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O MAB se constitui como movimento de representação dos interesses dos cidadãos atingidos pelo empreendimento, com o intuito de buscar as melhores soluções para estes junto ao empreendedor.

No processo de remanejamento, existe um conjunto de atores interagindo diretamente com as famílias atingidas, que compreende empreendedor, MAB, Estado, igreja, polícia, ministério público, judiciário, empresas locais, sindicatos, vizinhos, gestores públicos (prefeito, vereadores, deputados, governador e presidente), movimentos sociais e ONGs. Nesse trabalho são analisados o empreendedor, o MAB e o Estado, por serem os atores mais envolvidos no processo de remanejamento: a) o empreendedor, na maioria dos casos, prefere remanejar por indenização em dinheiro (ID) ou carta de crédito (CC), pois essas modalidades não geram vínculos com as famílias atingidas, ou seja, não é necessário nenhum tipo de acompanhamento ou assistência aos cidadãos atingidos depois que optam por uma dessas duas modalidades de remanejamentos; b) o MAB, na maioria dos casos, milita por modalidades que, no mínimo, ofereçam assistência ao cidadão atingido, como o reassentamento rural coletivo (RRC) e pequeno reassentamento rural (PRR); c) o Estado, apesar de não estar diretamente presente nos remanejamentos, está na condição

de parceiro da iniciativa privada na instalação de UHEs, estabelecendo as Parcerias Público-Privadas (PPP), além disso ainda não criou uma política pública para regularizar os remanejamentos, deixando para o empreendedor a responsabilidade de realocação dos cidadãos atingidos.

Além desses personagens, as informações repassadas aos cidadãos atingidos também constituem um fator que influencia na sua escolha. Pois existe, tanto por parte do empreendedor quanto do MAB, uma cautela para que as famílias recebam determinadas informações, na tentativa de condicioná-las a uma decisão.

Com esse cenário da desapropriação, os cidadãos atingidos precisam escolher das opções de remanejamento que estão sendo propostas a que considera melhor. Nesse processo de decisão muitos são os fatores que podem influenciar na decisão, esse trabalho considera controle da informação, cultura política e capital social.

Tomada de Decisão, Cultura Política e Capital Social

A confecção desse trabalho propõe uma relação entre cultura política e capital social com o processo de tomada de decisão dos cidadãos atingidos por UHEs na bacia do rio Uruguai. Para isso discute-se estes conceitos.

Processo de tomada de decisão

Diariamente, os cidadãos necessitam tomar decisões econômicas, sociais, políticas e outras, sejam essas individuais ou coletivas. No caso de um cidadão atingido por UHE, a decisão a ser tomada é em relação à opção de modalidade de remanejamento que deve ser escolhida. Esse processo de decisão é complexo, pois muitos desses cidadãos nunca saíram de sua propriedade, quando se deparam com a instalação de uma UHE em sua região e precisam sair de suas terras, pois essas serão inundadas pela água. De um lado está esse cidadão atingido que precisa tomar uma decisão econômica (qual a opção de remanejamento que “substituirá” melhor a minha terra), social (qual a opção de remanejamento que será melhor para mim e para minha família) e política (qual a opção de remanejamento que será melhor para que o governo e o empreendedor compreendam as necessidades dos atingidos), de outro está o governo, que ainda não elaborou uma legislação específica referente ao remanejamento populacional, junto com o empreendedor, que recebeu a concessão do governo para a implantação de UHEs.

O estudo da tomada de decisão é uma mescla de várias disciplinas, como matemática, sociologia, psicologia, economia, administração e ciência política. Basicamente, a tomada de decisão é entendida como processo pelo qual são escolhidas algumas ou apenas uma entre as alternativas para ações a serem realizadas, normalmente, procedem a esse ato de decisão, processos de conflitos e de acordo envolvendo pelo menos os atores mais influentes na política e na administração (OLIVEIRA, 1998). Em uma visão mais administrativa, segundo Amaral e Sousa (2011) decisões podem ser tratadas como algo científico e racional, enfatizando-se as análises e as relações de causa e efeito, com o intuito de antecipar ações e decidir de forma mais eficaz e eficiente. Por outro lado, segundo Motta (2004), no processo de tomada de decisão é preciso aceitar a existência de uma face de imprevisibilidade e de interação humana que lhe confere a dimensão do ilógico, do intuitivo, do emocional e espontâneo, e do irracional. Na política, os debates teóricos da tomada de decisão estão relacionados ao processo decisório político, levando em consideração as ações governamentais para a elaboração de políticas públicas, trazendo modelos de processo de tomada de decisão da economia e da administração.

Uma figura importante no pensamento social que abordou primordialmente o processo de decisão política, “em particular sua eficiência ou racionalidade, dando início a uma tradição intelectual que subsiste ainda hoje: Adam Smith³” (LINDBLOM, 1981, p. 7). Na ciência política, o estudo do processo decisório governamental e da sua racionalidade só veio à tona muito recentemente.

O processo de tomada de decisão compreende três condições para a escolha: a) condição de certeza, na qual cada ação possível conduz fixamente a um resultado específico, b) condição de risco, na qual cada ação possível conduz a um conjunto de resultados específicos associados a probabilidades conhecidas, e c) condição de incerteza, quando as probabilidades associadas aos resultados são desconhecidas (OLIVEIRA, 1998).

Segundo Oliveira (1998), fatores, como complexidade evolutiva do mundo moderno, redução de tempo disponível para a tomada de decisão, velocidade das comunicações e melhoramentos nos processos de informação, influenciam na tomada de decisão. Além desses fatores, também podem ser considerados cultura, crenças, valores e a história dos tomadores de decisão.

Alguns elementos indispensáveis no processo de tomada de decisão são: atores, agentes de decisão, informação e alternativas. Os atores, segundo Campos (2011), são indivíduos, entidades ou grupo de pessoas que têm interesse na decisão a ser tomada, pois estão envolvidos direta ou indiretamente pelas consequências da decisão. Enquanto o agente de decisão é formado por um indivíduo ou grupo de indivíduos que possui o mais importante papel no processo de tomada de decisão: avaliar e escolher a alternativa (CAMPOS, 2011). As informações são o conjunto de dados que forma o conhecimento acerca do problema e das alternativas, e essas são o conjunto de opções a serem escolhidas pelo agente de decisão.

Cultura Política

Os estudos de cultura política abrangem tanto a análise do conjunto de atitudes, crenças e valores políticos de uma sociedade, quanto o desempenho das instituições. Sendo um campo de pesquisa complexo, pois essas variáveis não são estáticas, elas evoluem constantemente conforme as influências exercidas.

O marco nos estudos culturalistas tem como referência o clássico livro de Gabriel Almond e Sidney Verba, *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries*, de 1963, no qual foi apresentado um estudo comparativo entre cinco países. O livro é um referencial para os estudiosos que buscam explicações culturais para os fenômenos políticos, além de ser inovador na metodologia de pesquisa. Os autores buscavam compreender os processos democráticos no pós II Guerra Mundial, identificando os elementos que poderiam garantir a estabilidade da democracia⁴.

Para Almond e Verba (1963, p. 12), “the term ‘political culture’ thus refers to the specifically political orientations - attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system”⁵. Sendo assim, a cultura política de uma nação, segundo os autores, seria “the particular distribution of patterns of orientation toward political objects among the members of the

³ Adam Smith na sua obra *Riqueza das Nações* tratou das deficiências da política comercial dos governos contemporâneos. Smith propôs que as decisões sobre política econômica fossem retiradas, na medida do possível, das mãos dos governos, e transferidas para o mercado (LINDBLOM, 1981).

⁴ Outra publicação importante para teoria da cultura política foi a de Almond, em 1989, *The Civic Culture Revisited*. Uma coletânea de artigos, com críticas e complementações à teoria impulsionada por *The Civic Culture*.

⁵ O termo cultura política se refere às orientações especificamente políticas, às atitudes relacionadas ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos no sistema (tradução livre da autora).

nation”⁶ (ALMOND e VERBA, 1963, p. 13).

Almond e Verba (1963) apresentaram três culturas políticas: paroquial, súdita e participativa. Almond e Verba (1963) apontam que a cultura política paroquial é encontrada em sociedades onde não há papéis políticos especializados e o cidadão não espera nada do sistema político. As dimensões cognitiva, afetiva e avaliativa se aproximam do zero nessa cultura. Além disso, os indivíduos não possuem sentimentos em relação ao sistema e não internalizam as normas que regularizam suas relações. Na cultura política súdita, segundo os autores (1963), o sujeito tem consciência da autoridade governamental especializada e é orientado a certa afeição pelo sistema, porém, no sistema em nível geral, é orientado a uma relação passiva. O terceiro tipo de cultura política, a cultura política participativa, é aquela em que o membro da sociedade tende a ser explicitamente orientado ao sistema, às estruturas administrativas e políticas e aos processos, bem como possui um papel ativista na sociedade (ALMOND e VERBA, 1963). Porém a existência desses tipos de culturas políticas não assume que uma orientação substitua outra, essa classificação permite a combinação das orientações.

Estes três tipos de cultura política dão base para a relação de causalidade entre cultura e estrutura política, da qual, segundo os autores, a estabilidade democrática estaria diretamente relacionada com a existência de uma cultura cívica. A cultura cívica ressalta a participação dos indivíduos nos processos políticos. Segundo Almond e Verba, em primeiro lugar, a cultura cívica é uma cultura participativa, os indivíduos não são apenas orientados a entrar na política, mas também são orientados positivamente para participar das estruturas e processos.

Esse estudo de Almond e Verba (1963) recebeu muitas críticas, principalmente classificando-a como uma teoria de abordagem elitista, “por sustentar que algumas culturas eram mais conducentes à democracia do que outras” (INGLEHART, 2002, p. 147). A crítica principal é por transparecer uma determinação na dependência entre cultura política e estabilidade democrática, “se esse fosse o caso, contudo, seriam inviáveis as transições do autoritarismo para a democracia, particularmente em situações em que valores autoritários estavam (ou estão), total ou parcialmente, enraizados na sociedade” (MOISÉS, 2008, p.17).

Apesar das críticas, a teoria da cultura política ganha cada vez mais espaço entre os estudos de Ciência Política, demonstrando a importância dos valores, das crenças e das atitudes no bom funcionamento do sistema político. Conforme observa-se, ao mesmo tempo que é causa e consequência do funcionamento do sistema político, “a Cultura Política de uma sociedade é resultado de um padrão de orientações cognitivas, emocionais e valorativas que, além de estáveis, se tornam vivas e atuantes ao longo do tempo” (BAQUERO, 2007, p. 27). A revisão da teoria de cultura política aqui realizada tem como objetivo apontar a importância dos estudos culturalistas na análise de fenômenos políticos. Ressaltando o apontamento de Rennó (1998, p. 89), “a ênfase nas idéias de heterogeneidade cultural e de mudança na cultura política é indispensável para tornar a análise de determinado grupo mais precisa”. As experiências vividas, o conhecimento adquirido, os valores construídos, as crenças construídas e as informações obtidas são elementos absolutamente necessários para a compreensão de processos políticos enfrentados pelas sociedades.

Capital Social

O conceito de capital social tem utilização recente na ciência política, apesar de ter estudos que o remontam ao início do século XX⁷, e está conquistando adeptos que o consideram uma complementação

⁶ A distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação (tradução livre da autora).

⁷ “O conceito incorpora diversas tradições das ciências sociais, estando presente no pensamento de Emile Durkheim (1858-1917)

ao capital humano e econômico, bem como um elemento para o desenvolvimento regional. Não há um consenso em relação ao seu alcance teórico e suas implicações técnicas, mas está ligado aos relacionamentos e mobilizações sociais que buscam objetivos tanto sociais e políticos, quanto econômicos.

O conceito está ligado à confiança que os indivíduos têm nos pares, na sociedade em geral e nas instituições políticas, bem como à solidariedade e à colaboração que praticam, sendo compreendido como uma acumulação de confiança, expectativas, reciprocidade, bem como fluxos de informação e relações solidárias. Segundo Baquero e Prá (2007, p. 175), “capital social não é um conceito homogêneo, mas envolve vários elementos sociais que promovem a ação individual e coletiva”.

A introdução da noção de capital social nos estudos contemporâneos, no início dos anos 1980, deve-se à Pierre Bourdieu, para quem, em termos gerais, o capital social é o poder de mobilização que os indivíduos possuem em relação ao grupo que estão inseridos.

Le capital social est l'ensemble des ressources actuelles ou potentielles qui sont liées à la possession d'un réseau durable de relations plus ou moins institutionnalisées d'interconnaissance et d'interreconnaissance; ou, en d'autres termes, à l'appartenance à un groupe, comme ensemble d'agents qui ne sont pas seulement dotés de propriétés communes (susceptibles d'être perçues par l'observateur, par les autres ou par eux-mêmes) mais sont aussi unis par des liaisons permanentes et utiles⁸ (BOURDIEU, 1980,p.2).

Em 1994, Coleman, no livro *Foundations of social theory*⁹, apresentou uma reformulação do conceito. Para o autor (1994 *apud* SCHMIDT, 2003, p. 423), o capital social é criado “quando as relações entre as pessoas mudam de modo a facilitar a ação”. Na obra *Social capital in the creation of human capital*, Coleman produz um conceito de que as instituições são capazes de produzir comportamentos sociais, nos quais possibilitam a formação do capital social por parte do Estado. Para o autor, capital social é definido pela sua função.

It is not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain actions of actors - whether persons or corporate actors - within the structure. Like others forms of capital, social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that in its absence would not be possible. Like physical capital and human capital, social capital is not completely fungible but may be specific to certain activities. A given form of social capital that is valuable in facilitating certain actions may be useless or even harmful for others¹⁰ (COLEMAN, 1988, p. S98).

através do estudo da interiorização das normas sociais e sua funcionalidade; em Ferdinand Tönnies (1855- 1936) na análise do papel integrativo da comunidade; em Karl Marx (1818-1883) na compreensão da construção da solidariedade de classe; em Max Weber (1864-1920) na explicação do sentido da ação e da influência na economia das normas construídas com base na moral protestante; em Georg Simmel (1858-1918) na caracterização da sociabilidade na metrópole, para ficarmos apenas nos clássicos” (PASE, 2006, p. 64).

⁸ O capital social é o conjunto de recursos reais ou potenciais que estão relacionados com posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento mútuo e reconhecimento; ou, em outros termos, a participação em um grupo, tal como um conjunto de agentes que não só possuem propriedades comuns (que podem ser percebidos pelo observador, por terceiros ou por si), mas também unidos por ligações permanentes e úteis (tradução livre da autora).

⁹ COLEMAN, James. *Foundations of social theory*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1994.

¹⁰ “Não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: consistem em algum aspecto das estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores - sejam pessoas ou atores corporativos - dentro da estrutura. Como outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando possível a realização de certos fins que na sua ausência não seria possível. Tal como o capital físico e capital humano, capital social não é completamente fungíveis, mas podem ser específicos para determinadas atividades. Uma determinada forma de capital social que é valiosa no sentido de facilitar certas ações pode ser inútil ou até prejudicial para os outros” (tradução livre da autora).

Mas o conceito de capital social ganhou destaque com a publicação de Putnam¹¹, *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. O autor fez uma análise da relação entre os níveis de capital social e o desenvolvimento regional italiano, concluindo que a região norte era mais desenvolvida que a região sul, porque no norte os índices de participação cívica eram mais altos que no sul.

Para Putnam capital social “são práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa determinada sociedade, bem como, sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação” (2005, p.177). Por isso, Santos e Baquero (2007) afirmam que quanto maior for a capacidade dos cidadãos confiarem uns nos outros, assim como quanto maior e mais rica for o número de possibilidades associativas numa sociedade, maior será o volume de capital social. Pensando nessa mesma linha, a “cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica” (PUTNAM, 2005, p.177).

A reciprocidade está ligada à confiança que os indivíduos têm uns pelos outros. Essa confiança ajuda a mensurar o quanto de capital social tem em determinada sociedade, pois ela faz existir as trocas, levando assim a um relacionamento mais forte que possibilita o desenvolvimento. Putnam ressalta que ambas as partes têm a ganhar quando cooperam, mas para isso é necessário que exista um “compromisso mútuo confiável”. Para garantir a realização de tarefas comuns é necessário que exista confiança nas relações sociais. Pase e Santos (2008) afirmam que essa relação de confiança não é somente para benefício individual, mas sim coletivo.

Além das relações de confiança e reciprocidade, Putnam ressalta que o capital social está ligado ao processo histórico e cultural, “o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições” (PUTNAM, 2005, p. 191).

No caso italiano, o capital social possibilitou o engajamento cívico e a participação social e política o que, por sua vez, construiu instituições democráticas e um sistema de governo democrático, bem como impulsionou o desenvolvimento econômico. Este engajamento cívico, para Putnam, desenvolve-se a partir da participação em associações horizontais, homogêneas tais como clubes de futebol, associações de moradores, confrarias, corais e outros. Nestes espaços os cidadãos identificam-se e socializam um sentimento de cumplicidade e confiança neles próprios e nas regras que criam. O capital social contribui para aumentar a eficiência da sociedade e facilitar ações coordenadas, no entanto sua existência não significa, necessariamente, a utilização, ou o êxito de políticas públicas nele baseadas. O capital social é entendido como um recurso potencial pois as mesmas políticas podem funcionar num lugar e não funcionar em outro, dependendo da forma de como esse capital é mobilizado ou construído (PASE, 2006, p. 74 e 75).

Através desse estudo, Putnam relaciona de forma causal desempenho institucional e participação cívica e chegou a duas grandes generalizações: a preeminência do contexto sócio-histórico na ação coletiva horizontal e a importância do papel das instituições públicas para incitar o associativismo.

Análises

Nessa parte do artigo é analisada a influência da cultura política e do capital social no processo de tomada de decisão dos cidadãos atingidos por UHEs na bacia do rio Uruguai, através dos dados quantitativos do *survey* aplicado pelo Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento “Avaliação dos Resultados e Proposição de Modelo de Elaboração de Programas de Remanejamento da População Atingida por Empreendimentos Hidrelétricos (2010-2014)”.

¹¹ O capital social também alcançou prestígio quando o Banco Mundial catalizou pesquisas sobre o conceito, “cuja utilização proporcionou a ampliação do interesse para além do âmbito estritamente acadêmico, alcançando os meios de comunicação e formuladores de políticas públicas” (PASE, 2006, p. 62).

Participação dos cidadãos atingidos no MAB

Existem vários espaços para que o cidadão possa participar como associações, conselhos municipais, igrejas, movimentos sociais, sindicatos e outros, e considerando o caso dos cidadãos atingidos por barragens surge mais um grupo para participação: o MAB. A Tabela 1 demonstra qual a influência de participar do MAB no processo decisório:

Tabela 1. Participação do cidadão atingido no MAB¹²

	PRR	RRC	CC	Total (%)
Participa/Já Participou	2,5%	63,0%	34,5%	65,6%
Não	11,4%	34,2%	54,4%	34,4%

n=433

p<0,05

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

Conforme a Tabela 1, em 65,6% dos casos os cidadãos participam ou já participaram do movimento, indicando, de fato, que o MAB está presente nesse processo de implantação da UHE na bacia do rio Uruguai e é reconhecido pelos atingidos como seu representante. Pelos dados da tabela, confirma-se que a participação em um determinado grupo é capaz de influenciar no comportamento do indivíduo, já que 63,0% optaram por RRC, modalidade defendida pelo movimento. Assim como os que não participam tenderam a optar por CC.

Considerando que a maioria já teve algum contato com o MAB, é possível explicar casos apresentados no capítulo anterior, onde mesmo com o controle da informação exercido pelo empreendedor os atingidos optaram por RRC. Apesar de existir uma ligação entre participar do movimento e optar por RRC, nem todos os cidadãos atingidos que tiveram contato com o MAB optaram por esta modalidade, isso pode acontecer por vários motivos, mas dois são principais: não confiar no MAB ou o empreendedor não ter aceito a opção por RRC, fazendo com que o atingido opte por outra modalidade.

Confiança interpessoal dos cidadãos atingidos

A confiança interpessoal é um dos principais valores culturais associados ao comportamento político (RENNÓ, 2001). Partindo disso, e com o intuito de verificar essa confiança, a análise começa com a existência ou não de confiança do cidadão atingido em relação aos seus vizinhos de antes da realocação (conforme tab.2). Este ator foi apontado como um dos influenciadores da decisão, pois em muitos casos são amigos ou parentes, mas, principalmente, porque também estão passando pela mesma situação: ser atingido por uma UHE e ter que escolher uma modalidade de remanejamento.

¹² Pergunta original do *survey*: “O(a) senhor(a) participa do MAB?”

Tabela 2. Confiança nos vizinhos atingidos¹³

	PRR	RRC	CC	Total (%)
Sim	5,2%	54,7%	40,0%	93,7%
Não	11,1%	37,0%	51,9%	6,3%

n=429

p<0,05

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

Considerando que a população atingida por UHEs, em sua maioria, é da zona rural, não é de se surpreender a confiança que as pessoas possuem em seus vizinhos, já que em muitas situações são realizados trabalhos coletivos (por exemplo, a colheita pode ser feita com a colaboração dos vizinhos), baseados na reciprocidade e confiança.

Pela Tabela 2, a não confiança nos vizinhos influenciou a escolha pela CC. Como essa modalidade é considerada uma opção individual, pois o cidadão atingido escolhe, das propriedades que os corretores de imóveis apresentam, a terra que mais lhe agrada, pode-se concluir que a não confiança nos vizinhos encaminha o cidadão a essa opção, por não precisar mais conviver com essas pessoas. O que não aconteceria se optasse por RRC, pois os reassentamentos formariam grupos para que fosse possível manter a mesma estrutura comunitária de antes da UHE.

Também devem ser destacados os 11,1% que não confiavam nos vizinhos e optaram por PRR, pois como essa modalidade compreende reassentamentos pequenos, em torno de cinco famílias, geralmente são formados por cidadãos atingidos de uma mesma família. O que no caso compreenderia a confiança na família, sendo indiferente a confiança nos vizinhos.

Além dos dados apresentados, é importante registrar que os vizinhos também podem ser usados pelo empreendedor ou MAB como um elemento de pressão ao atingido, pois ao ver seu vizinho realocado e distante do conflito ou ver seu vizinho participando das mobilizações do MAB, pode influenciar e/ou encorajar as mesmas atitudes. Sabendo disso, ambos os atores podem utilizar essa influência para se aproximarem de mais cidadãos atingidos e, assim, os persuadirem.

Visto a existência ou não de confiança nos pares, a Tabela 3 apresenta a outra dimensão da confiança interpessoal importante a se examinada: a confiança na sociedade:

Tabela 3. De forma geral o senhor diria que se pode confiar nas pessoas?

	PRR	RRC	CC	Total (%)
Sim	9,7%	58,1%	32,3%	30,6%
Não	4,3%	51,6%	44,1%	69,4%

n=405

p<0,05

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

Apesar de um grande percentual de cidadãos atingidos confiar em seus vizinhos, os mesmos, em sua maioria, não confiam nas pessoas de forma geral, ou seja, na sociedade. Segundo Reis (2003), o Brasil tem

¹³ Pergunta original do *survey*: “Se precisasse viajar por um ou dois dias poderia contar com os vizinhos para cuidar da casa e dos filhos?”

mostrado resultados que o colocam como campeão mundial de desconfiança, o que pode ser destacado como um valor cultural dos brasileiros.

Pelos dados da Tabela 3, existe uma ligação entre a confiança na sociedade e a opção do cidadão atingido, mas não determinante, pois em ambas as situações a maioria optou por RRC, seguindo de CC e PRR. Isso acontece, porque a sociedade não participa desse processo, sendo um ator neutro, que não está informado pela situação ou prefere não interferir.

A maioria da população brasileira mal sabe como a energia elétrica é gerada e em poucos casos compreende as consequências da implantação de uma UHE¹⁴, por consequência não participando do processo de remanejamento das famílias atingidas. Por isso, pode ser constatada que não há influência entre a confiança ou não nas pessoas de forma geral e a decisão do atingido.

A teoria do capital social, apresentada por Putnam, sustenta que a confiança interpessoal está relacionada com a participação em associações cívicas, o envolvimento em questões públicas, o comportamento de obediência à lei e a confiança nas instituições como aparato de solução de conflitos, em suma, a confiança estimula a participação e a interação para além da esfera restrita da vida privada e estimula o engajamento nos assuntos públicos (RENNÓ, 2001).

Confiança dos cidadãos atingidos nas instituições

A confiança nas instituições também é um elemento fundamental, que pode revelar como se configuram os laços entre o cidadão atingido e o Estado, empreendedor e MAB. Portanto, é importante fazer essa verificação, começando pela confiança no Estado, apresentados na tab. 4.

Tabela 4. Confiança no Governo Federal¹⁵

	PRR	RRC	CC	Total (%)
Confia	5,9%	55,7%	38,4%	52,9%
Mais ou menos	5,4%	50,8%	43,8%	31,4%
Não confia	6,2%	47,7%	46,2%	15,7%

n=414

p>0,05

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

Considerando que o Estado é parceiro da iniciativa privada na construção de UHEs, o responsável pela concessão e fiscalização das obras e ainda não fez um marco regulatório para os remanejamentos, deixando para o empreendedor toda a responsabilidade dessa ação, deveria de alguma forma influenciar na decisão do cidadão atingido. Porém, destaca-se que por não ser o responsável direto pelo remanejamento¹⁶ o cidadão atingido não o reconhece como responsável da UHE. Tanto que em nenhum momento do capítulo anterior, considerando controle da informação, controle do tempo e influenciadores da decisão, o Estado é citado pelo cidadão atingido.

¹⁴ A população acaba sabendo de casos que ganham grandes proporções na mídia ou nas redes sociais, por causa das manifestações e mobilizações de grande porte da sociedade civil. Um exemplo é a UHE Belo Monte, da qual grande parte da sociedade ficou sabendo e acabou se manifestando contra.

¹⁵ Pergunta original do *survey*: “O(a) senhor(a) confia no Governo Federal?”

¹⁶ Apenas no caso da UHE de Itá o Estado é o responsável pelo remanejamento, as demais já haviam se constituído em PPPs.

Primeiro, destaca-se que a maioria dos cidadãos atingidos confia no Estado, mesmo que a opção “Mais ou Menos” fosse um indicativo de não confiança, ainda assim o Estado teria confiança da maioria. Segundo, que a confiança ou desconfiança nesse ator acarreta na opção por RRC, seguida de CC e PRR. Mesmo que a diferença entre a confiança, de 55,7% que optaram por RRC, e a não confiança, de 47,7% que optaram por esta modalidade, não é capaz de fomentar uma relação entre essa variável e a decisão do atingido.

Passando para a análise da confiança no empreendedor, é importante destacar que o empreendedor controla as informações e o tempo durante o processo de tomada de decisão por uma modalidade de remanejamento, mas esse controle só pode dar resultados positivos para o empreendedor se o atingido confiar nele. A confiança no empreendedor é apresentada na Tabela 5:

Tabela 5. Confiança no empreendedor¹⁷

	PRR	RRC	CC	Total (%)
Confia	7,6%	48,5%	43,9%	40,8%
Mais ou menos	4,8%	53,8%	41,3%	24,8%
Não confia	3,5%	58,3%	38,2%	34,4%

n=419

p>0,05

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

Pelos resultados da Tabela 5, pode-se verificar que 58,3% dos cidadãos atingidos que não confiam no empreendedor optaram por RRC, demonstrando que fica evidente aos olhos do atingido a preferência do empreendedor por CC, pois aos que não confiam, e foi possível¹⁸, optaram pelo reassentamento.

Também se pode concluir, pela tabela, que mesmo confiando e desconfiando do empreendedor a maioria escolhe RRC, porém a diferença de 48,5%, dos que confiam, para 58,3%, dos que não confiam, relativiza a tendência de não confiar e optar por esta modalidade.

Atualmente, na construção de cada UHE e no consequente remanejamento populacional se mobilizam forças favoráveis e contrárias estabelecendo relações de poder baseadas no conflito entre dois projetos políticos distintos: o neoliberal, idealizado pelo Estado e pelas grandes empresas de capital privado que objetivam concretizar o empreendimento gerador, em contraponto ao projeto democrático-participativo, constituído principalmente pelos movimentos sociais representantes dos atingidos¹⁹ objetivando os devidos “ressarcimentos” pelos danos oriundos da construção da UHE (ROCHA, 2012a).

Outro ator presente nesse processo é o MAB, conforme a Tabela 6, analisa a influencia da confiança no MAB na tomada de decisão dos cidadãos atingidos:

¹⁷ Pergunta original do *survey*: “O senhor confia no empreendedor?”

¹⁸ Conforme a tab.15 nem todas as opções são aceitas imediatamente pelo empreendedor, o que faz surgir o termo possibilidade. Afinal o atingido pode tomar uma decisão, mas se essa não for aceita ele tem que escolher outra modalidade possível de ser aceita.

¹⁹ Nesse caso, o autor se refere ao MAB.

Tabela 6. Confiança no MAB²⁰

	PRR	RRC	CC	Total (%)
Confia	6,2%	62,4%	31,4%	53,4%
Mais ou menos	2,8%	50,0%	47,2%	25,5%
Não confia	6,7%	34,8%	58,4%	21,0%

n=423

p<0,05

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

Conforma a Tabela 6 62,4% dos cidadãos atingidos que confiam no MAB optaram por RRC, modalidade de remanejamento defendida pelo movimento. Assim como, dos que não confiam 58,4% optaram por CC. Esses dados também indicam que a cultura política e o capital social estão presentes no processo decisório dos atingidos por UHEs na bacia do rio Uruguai.

Além disso, a confiança no movimento o legitima como representante da população atingida e como espaço para mobilizações a favor dos direitos dessa população. Claramente, o MAB faz parte de uma disputa entre o empreendedor/Estado e a população atingida, que é caracterizada por uma relação de poder, na qual o empreendedor controla informações e diminui o tempo de decisão do cidadão que precisa escolher entre uma das modalidades de remanejamento impostas.

Conforme as tabelas que apresentaram a confiança ou não no Estado, empreendedor e MAB, pode ser confirmada a hipótese de que a cultura política e o capital social são elementos influenciadores no processo de decisão. Afinal o cidadão atingido tem seus valores, crenças, ideologias e preferências capazes de, junto à racionalidade, colaborar com a decisão do cidadão atingido. Ficando clara a forma como os valores culturais são componentes endógenos da tomada de decisão.

Índice de capital social dos cidadãos atingidos

Segundo a literatura trabalhada nesse artigo, elevados índices de confiança e valores cívicos contribuem com o desenvolvimento regional. A lógica apresentada trabalha com a questão de quanto maior for a capacidade dos cidadãos confiarem uns nos outros, assim como quanto maior e mais rica for o número de possibilidades associativas numa sociedade, maior será o volume de capital social, que por sua vez corrobora com o desenvolvimento através de relacionamentos mais fortes.

A partir disso, buscou-se fazer uma relação entre o índice de capital social e o processo de tomada de decisão, para identificar se altos índices de capital social são capazes também de influenciar os cidadãos, verificando qual a modalidade é a escolhida neste caso.

A Tabela 7 traz as informações acerca do índice de capital social relacionado com as modalidades de remanejamento.

Tabela 7. Índice de capital social dos cidadãos atingidos

	PRR	RRC	CC	Total (%)
Capital Social Baixo	7,3%	26,8%	65,9%	34,0%
Capital Social Regular	10,3%	54,0%	35,6%	36,1%
Capital Social Elevado	1,4%	72,2%	26,4%	29,9%

n=241

p<0,05

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

²⁰ Pergunta original do *survey*: “O senhor confia no MAB?”

Pela Tabela 7, fica evidente a influência do índice de capital no processo decisório, pois os dados demonstram que quanto maior o índice de capital social mais os cidadãos optam por RRC. A opção PRR teve maior escolha nos casos de capital social regular. Já a opção por RRC aumentou gradativamente conforme o crescimento do índice, enquanto por CC diminuiu gradativamente.

Considerando que a modalidade CC se constitui como uma opção individual, pois o remanejamento é feito por unidade familiar, pode-se afirmar que os cidadãos que não possuem altos índices de capital social, preferem essa modalidade por não necessitar do envolvimento de outros atingidos. A mesma lógica pode ser aplicada para as modalidades de reassentamento: como são consideradas opções coletivas, pela necessidade de outros atingidos para formarem reassentamentos, os cidadãos que optam por essas modalidades precisam confiar nos demais que junto irão lutar para serem remanejados dessa forma, além de depois de serem realocados necessitarem confiar nesses novos vizinhos para manterem o trabalho coletivo realizado na zona rural.

Mais uma vez é repetida a conclusão de que a cultura política e o capital social se constituem como um elemento no processo de tomada de decisão. Configurando o processo decisório não apenas como racional, como a literatura faz, permitindo assim que outros elementos sejam incorporados ao processo, afinal o cidadão não tem dimensão completa do seu problema, mas toma uma decisão conforme sua história e seus interesses. Porém muitos são as dúvidas que surgem das análises feitas e muitas são as falhas que não garantem análises satisfatórias, assim como não foram possíveis constatações que explicassem a opção por PRR. Além disso, o intuito da análise feita não é de generalizar suas conclusões para processos decisórios, mas sim encontrar algumas explicações para determinadas escolhas dos cidadãos atingidos.

Dada como concluída essa etapa, a análise termina com uma exposição da satisfação do cidadão atingido com a modalidade de remanejamento escolhida, apenas para que seja possível verificar a avaliação do próprio atingido em relação às modalidades.

Considerações finais

O objetivo desse trabalho foi analisar a cultura política e o capital social como elementos influenciadores no processo de tomada de decisão, em relação às modalidades de remanejamento, dos cidadãos atingidos por UHEs na bacia do rio Uruguai. Com os dados do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento “Avaliação dos Resultados e Proposição de Modelo de Elaboração de Programas de Remanejamento da População Atingida por Empreendimentos Hidrelétricos (2010-2014)” foi possível avaliar como os cidadãos atingidos tomam uma decisão através das variáveis participação, confiança interpessoal e institucional.

Ao discorrer o objetivo de identificar o grau de confiança dos cidadãos atingidos nas pessoas em geral, nos seus pares, no empreendedor, no MAB, na mídia e no Estado encontrou-se a relação entre essas variáveis e a tomada de decisão, o que demonstrou a influência da confiança na decisão.

O que se torna importante destacar dos resultados encontrados é a incidência entre a confiança e a escolha por RRC. Afinal em todas as condições, confiança interpessoal e confiança nas instituições, o maior percentual de confiança estava entre os que optaram por essa modalidade. O que registra que, independente do ator, os cidadãos atingidos que confiam mais tendem a optar pela opção coletiva, o RRC. Isso também fica claro no índice de capital social, onde a maioria dos cidadãos com capital social elevado escolhe esta modalidade.

É necessário destacar que são poucos os cidadãos atingidos que optam por PRR, o que não possibilitou uma compreensão mais clara sobre essa modalidade, a partir das variáveis trabalhadas. Mas

é possível presumir que por ser uma modalidade coletiva, sua escolha possa ser explicada pelos mesmos elementos que influenciaram a opção por RRC.

Bibliografia

ALMOD, Gabriel e VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

AMARAL, Sueli e SOUSA, Antonio. **Qualidade da informação e intuição na tomada de decisão organizacional**. In: Perspectivas em Ciência da Informação, vol.16, nº1, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362011000100008&script=sci_arttext

ANEEL. **Atlas de energia Elétrica do Brasil**. 3ª Edição, 2008.

BAQUERO, Marcello. **A fragmentação social na América Latina: formas alternativas para sair da crise**. In: BAQUERO, Marcello. Capital Social, Desenvolvimento Sustentável e Democracia na América Latina. UFRGS Editora, Porto Alegre, p. 15-56, 2007.

BAQUERO, Marcello e PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Le Capital Social: Notes Provisoires**. In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº 31, jan. 1980, p. 2-3.

CAMPOS, Vanessa. **Modelo de apoio à decisão multicritério para priorização de projetos em saneamento**. (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção). USP, 2011.

COLEMAN, James. **Social Capital in the Creation of Human Capital**. Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, 1988. p. S95-S120.

FUKUYAMA, Francis. **Capital Social**. In: HARRISON, Lawrence e HUNTINGTON, Samuel. A cultura importa. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 155-171.

LINDBLOM, Charles. **O Processo de decisão Política**. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1981.

MOTTA, Paulo. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. Record, Rio de Janeiro, 2004.

OLIVEIRA, Djalma. **Sistemas, organização & métodos & uma abordagem gerencial**. Atlas, São Paulo, 1998.

PASE, Hemerson Luiz. **Capital Social e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul**. 2006. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) Programa da Pós- Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PASE, Hemerson Luiz e SANTOS, Everton. **Capital Social e Desenvolvimento no Rio Grande do Sul**. 2008. Disponível em: <<http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/arquivos/mt/Livro%20completo%20desenvolvimento%20regional%202008.pdf>>. Acessado em 05 de mar. 2015.

P&D REMANEJAMENTO. **Pesquisa Avaliação dos Resultados e Proposição de Modelo de Elaboração de Programas de Remanejamento da População Atingida por Empreendimentos Hidrelétricos (2010-2014)**. 2012.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

REIS, Bruno. **Capital social e confiança: questões de teoria e método**. In: Revista de Sociologia e Política, nº21, 2003.

RENNÓ, Lúcio. **Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes**. In: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB. Rio de Janeiro, nº. 45, 1998. p.71-92.

RENNÓ, Lúcio. **Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina**. Opinião Pública, v. 7, nº1, Campinas, 2001. s/p.

SANTOS, Everton e BAQUERO, Marcello. **Democracia e capital social na américa latina: uma análise comparativa**. Revista de Sociologia e Política, nº 28, Curitiba, 2007.

SCHMIDT, João Pedro. **Capital Social e Políticas Públicas**. In: LEAL, Rogerio Gesta e ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de (org.). *Direitos Sociais e Políticas Públicas: desafios contemporâneos*. 2003. Santa Cruz, EDUNISC.

Recebido em: 27.06.2018

Aprovado em: 23.08.2018